

Legado Olímpico em Questão - Megaeventos na Cidade do Rio de Janeiro e as Controvérsias em Torno dos Jogos Olímpicos Rio 2016

Olympic Legacy under Question - Impact of Mega-Events in the City of Rio de Janeiro and the Controversies Surrounding the Rio 2016 Olympic Games

Jimmy Medeiros¹, Bernardo Borges Buarque de Hollanda²

Submetido em: 23/10/2020

Aprovado em: 19/11/2020

Resumo

O artigo explora as diferentes percepções da população do Rio de Janeiro em torno da categoria nativa “legado olímpico”, de modo a avaliar os supostos benefícios trazidos à cidade-sede da XXXI Olimpíadas de Verão, em 2016. Passados dois anos de seu encerramento, conduziu-se a aplicação de um *survey* entre os moradores cariocas, com um conjunto de questões avaliativas dos aspectos positivos e negativos acerca desse megaevento esportivo, realizado pela primeira vez na América do Sul. O levantamento e a tabulação permitiram que se trace um perfil quantitativo do respondente e também que se esquadrinhe o modo pelo qual os habitantes da cidade compreendem o significado dos Jogos Olímpicos em seu dia a dia, seja em função da mobilidade urbana, dos equipamentos desportivos ou da infraestrutura legada pelo evento. O esquadrinamento dos dados levantados na sondagem de opinião possibilitou se chegar à seguinte conclusão: dois anos depois de sua realização, o cidadão carioca avaliou como ligeiramente positiva a ocorrência do torneio no que se refere às vantagens percebidas para sua vida individual e para a cidade. Contudo, a leve vantagem não impediu a identificação de um quadro bastante polarizado, com um percentual expressivo de moradores insatisfeitos, haja vista a desproporção entre o montante de recursos públicos investidos e a ausência de contrapartidas esperadas, simbólicas e materiais, tal como reiterada pela narrativa dos organizadores, nacionais e internacionais, dos Jogos Rio 2016. Como resultado pontual, 22% não souberam indicar benefícios dos Jogos para a cidade do Rio de Janeiro, o item de maior frequência. Os outros 78% indicaram resultados variados, como turismo e infraestrutura de transporte. Ao mesmo tempo, a principal desvantagem mencionada foi o gasto tido como desnecessário.

Palavras-chave: Olimpíadas Rio 2016. Legado Olímpico. Opinião Pública. Rio de Janeiro.

Abstract

The article explores the different perceptions of Rio de Janeiro's population regarding the native category "Olympic legacy," to assess the supposed benefits brought to the host city of the XXXI Summer Olympics in 2016. Two years after its closing, a survey was conducted among Rio de Janeiro residents, with a set of questions evaluating the positive and negative aspects of this mega sports event held for the first time in South America. The survey and the tabulation allow us to draw a quantitative profile of the respondents and to examine the way in which the city's inhabitants understand the meaning of the Olympic Games in their daily lives – whether due to urban mobility, sports equipment or the infrastructure legacy left by the event. By examining the data collected in the opinion poll, we can reach the following conclusion: two years after its completion, the citizens of Rio de Janeiro assessed the occurrence of the tournament as slightly positive regarding the perceived advantages for their individual lives and for the city. However, the slight advantage does not prevent the identification of a highly polarized scenario, with a significant percentage of dissatisfied residents due to the disproportion between the amount of public resources invested and the absence of expected, symbolic and material results and benefits, as frequently stated by the narrative of the national and international organizers of the Rio 2016 Games. As a punctual result, 22% were unable to indicate the benefits of the Games for the city of Rio de Janeiro, the most frequent item. The other 78% indicated varied results, such as tourism and transport infrastructure. At the same time, the main drawback mentioned was the expense that was considered unnecessary.

Keywords: Rio Olympics 2016. Olympic Legacy. Public Opinion. Rio de Janeiro City.

¹ Coordenador da Graduação da Escola de Ciências Sociais FGV CPDOC. Professor do Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC) e membro do Laboratório de Estudos do Esporte (LESP) da FGV. E-mail: jimmy.medeiros@fgv.br

² Professor da Graduação da Escola de Ciências Sociais FGV CPDOC. Professor do Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC) e membro do Laboratório de Estudos do Esporte (LESP) da FGV. E-mail: bernardo.hollanda@fgv.br

1 Introdução

Ao longo de uma década, o Brasil foi palco dos principais megaeventos esportivos de escala global: em 2007, ocorreram os Jogos Pan-Americanos na cidade do Rio de Janeiro; em 2013, o país assistiu à Copa das Confederações de Futebol FIFA; um ano depois, foi a vez da Copa do Mundo de futebol profissional masculino, organizado pela mesma entidade internacional, com sede em doze cidades brasileiras: Belo Horizonte/MG, Brasília/DF, Cuiabá/MT, Curitiba/PR, Fortaleza/CE, Manaus/AM, Natal/RN, Porto Alegre/RS, Recife/PE, Rio de Janeiro/RJ, Salvador/BA e São Paulo/SP; em 2016, encerrou-se o ciclo dos megaeventos esportivos com a realização dos Jogos Olímpicos na capital fluminense (Giglio, Machado e Spaggiari, 2016).

Como se sabe, para hospedar todas essas competições, uma série de investimentos públicos e privados foram exigidos, a exemplo daqueles aplicados em obras maciças de infraestrutura urbana. Entre elas, pode-se mencionar as melhorias dos aeroportos de várias capitais, as estações rodoviárias interestaduais, os metrô das grandes cidades, as vias expressas para carros e/ou ônibus, os viadutos, além de corredores exclusivos para transportes coletivos.

Além desses, investiu-se em equipamentos esportivos para reforma de estádios ou para a criação de novas arenas de futebol, de ginásios poliesportivos, de parques aquáticos e de centros de treinamento. Os investimentos também foram feitos com vistas à aquisição de insumos, de materiais esportivos e de condições logísticas necessárias. Ao mesmo tempo, os governos federais e estaduais deram suporte às políticas públicas voltadas à formação de atletas de alto rendimento (Bueno, 2008), por meio de bolsas e de editais (Thomaz, 2019), e ao incentivo à prática esportiva, sobretudo a partir da criação da Rede Nacional de Treinamento (RNT).

O projeto dos Jogos Olímpicos Rio 2016, à semelhança dos demais megaeventos mencionados, foi sustentado em discursos políticos que argumentavam em prol das vantagens angariadas à imagem da cidade e às transformações concretas proporcionadas em sua esteira. No caso da cidade-sede, salientava-se a oportunidade extraordinária de promoção de um amplo legado urbano com a alavancagem dos transportes, do turismo, do lazer e da formação de base no esporte amador. Quanto a este último, oferecia-se aos cidadãos e aos atletas aspirantes uma série de conquistas sob a forma material de instalações esportivas, a exemplo do Parque Olímpico da Barra da Tijuca e do Parque Olímpico de Deodoro.

A isso somava-se a transformação do cenário paisagístico – natural e arquitetônico – da cidade. Uma das principais melhorias voltava-se à promissora revitalização da tradicional zona portuária no centro histórico, com a dinamização econômica, urbanística e cultural da localidade. Para as autoridades mais entusiastas, o grande exemplo a ser seguido era aquele dos Jogos Olímpicos de Barcelona, na Espanha, em 1992, um divisor de águas na centenária existência das Olimpíadas.

Segundo os organizadores do Comitê Olímpico Internacional (COI) e os representantes do Comitê Olímpico do Brasil (COB), havia se aprendido com os erros do passado, do ponto de vista da gestão e das finanças. As lições internacionais ensinavam a distanciar-se do modelo grego (Jogos Olímpicos de Atenas de 2004) e chinês (Jogos Olímpicos de Pequim de 2008), caracterizados pelo elevado custo financeiro, para não dizer abusivo, e pelo baixo índice de usufruto dos ginásios e dos estádios construídos (Mascarenhas, 2016).

A narrativa levava a crer nessa aprendizagem, com um diagnóstico do que havia de mais importante a focar no Rio de Janeiro. Entre elas, parecia claro que as mudanças cidadinas tinham em mira apostar na mobilidade urbana a fim de prover a população trabalhadora de melhores

serviços de locomoção coletiva. Para tanto, a Prefeitura deu ênfase na expansão do metrô com a linha 4; impulsionou a construção de novas vias expressas urbanas, como a Transoeste e a Transolímpica; ofereceu novas opções de deslocamento, por meio da implementação do BRT e do VLT; implodiu o Elevado da Perimetral; reformulou e reurbanizou o centro da cidade.

Outra frente de ação direcionava-se à edificação de novos equipamentos de lazer, consumo e entretenimento, principalmente aqueles localizados na região do denominado *Boulevard Olímpico*. O destaque deste eram o AquaRio e o Museu do Amanhã, que contribuíam para configurar um novo complexo cultural de dinamização do Centro e na Zona Portuária da capital fluminense. O potencial turístico dos Jogos também foi dimensionado, com investimento na rede de hotéis e na ampliação da oferta de leitos na cidade pelo mercado hoteleiro.

Passado o período preparatório e findas as Olimpíadas, no entanto, uma série de promessas do propalado “legado” olímpico – ambiental, esportivo, social, urbano e turístico –, contido no documento oficial do COI, o Caderno de Legados, subscrito pelo COB e pelo governo brasileiro, não saiu do papel ou cumpriu-se de maneira apenas parcial. Dentre os principais itens desta lista estão a despoluição da Baía de Guanabara, a revitalização das lagoas da Barra e de Jacarepaguá, por meio de dragagem e desassoreamento, além da conclusão da estação do metrô na Gávea. O projeto do BRT Transbrasil e a finalização das linhas do VLT como um todo sofreram atraso em sua execução e até hoje (2020) não foram entregues de acordo com o planejamento contido no plano inicial (Rio de Janeiro, 2013).

Vista *a posteriori*, parte expressiva da literatura, nacional e internacional, refutou as promessas voltadas ao incremento do turismo e à melhoria do sistema viário urbano do Rio de Janeiro no período subsequente às Olimpíadas Rio 2016. No tocante às questões turísticas, Rocha e Fink (2017) acompanharam a associação de *branding* entre os organizadores do COI e a cidade-sede eleita, a fim de detectar a valorização do espaço, tendo por base marcas como a “hospitalidade” do brasileiro e o potencial de impacto causado pela promoção de visitantes estrangeiros ao Rio no momento posterior aos Jogos. A despeito da visibilidade promovida pelas entidades envolvidas na organização, os autores são céticos na avaliação dos dados levantados. Porquanto o critério “segurança” se mostra importante na tomada de decisão de um turista na escolha de um local de destino, o artigo conclui que as Olimpíadas trouxeram poucos ganhos no desenvolvimento do turismo, no país em geral e na cidade olímpica, em particular.

Em relação ao quesito mobilidade, Pereira (2018) dedicou-se a comparar a malha de locomoção de ônibus da cidade entre 2014 e 2017 – logo, com um crivo antes e outro depois do megaevento – e considera iníquos, ou inexistentes, os benefícios trazidos pela dinamização dos transportes coletivos às regiões periféricas do Rio e ao atendimento às populações mais pobres e desassistidas. Com precária capacidade de promover ações distributivas, o governo municipal não logrou ao fim e ao cabo expandir e promover a mobilidade urbana conforme as expectativas iniciais, segundo o levantamento do autor.

Ademais, cabe mencionar as contínuas e problemáticas remoções de contingentes populacionais empobrecidos, residentes em áreas estratégicas para a alocação dos Jogos. Vistos como seres indesejados, obstáculos e entraves à promoção dos Jogos, a situação vulnerável de milhares de habitantes originou um embate político e social de movimentos sociais com órgãos públicos e com autoridades desportivas competentes despertando muitas críticas e muito ceticismo quanto ao sentido público e democrático dos Jogos (Cavalcanti, 2013; Magalhães, 2013).

Por outro lado, ainda segundo a versão oficial mais protocolar, tratava-se de mudanças fundamentais e benéficas para a cidade, no cenário competitivo global do século XXI. Forçoso é reconhecer que, ao fim e ao cabo, o resultado alcançado com certeza não atingiu as promessas dadas por políticos envolvidos pela euforia da vitória do projeto carioca na eleição realizada pelo

COI, em Copenhague, no ano de 2009. Todavia, independente dos juízos de valor, dos erros e acertos, da discrepância entre o discurso e a realidade, pontos críticos a essa altura, sobejamente conhecidos, convém ao mesmo tempo reconhecer que houve intervenções realizadas na infraestrutura da cidade e que houve incrementos, ainda que precários, na capacidade esportiva nacional como um todo.

Sendo assim, com o encerramento das competições em 26 de agosto de 2016, nas mais de três dezenas de modalidades atléticas, o que inclui os Jogos Paralímpicos, realizados no mês seguinte às Olimpíadas, a questão do “legado” voltou a ser colocada. Que implicações se colocam sobre a vida da cidade? Como aferir isso em seu cotidiano? De que modo se deu a vivência do Rio de Janeiro pós-olímpico e do Brasil pós-megaeventos?

Embora muitas análises já tenham sido feitas pela opinião pública e muitas reportagens dos meios de comunicação tenham apurado uma gama de problemas, entende-se a necessidade de estabelecer parâmetros diretos junto à população carioca, supostamente beneficiada com o torneio. O que pensa o carioca de todo esse processo? A seu juízo, a realização dos Jogos Olímpicos trouxe benefícios à cidade? Em que medida o empreendimento político e social e o dispêndio econômico-financeiro podem ser tidos como positivos pelos moradores do Rio? O que ficou de benéfico e quais as principais desvantagens percebidas pela população?

Com base nessas questões e nas mudanças urbanísticas operadas pela trigésima-primeira edição dos Jogos Olímpicos, propõe-se no presente artigo trazer nova luz a essa discussão por meio da apresentação dos resultados da aplicação de um *survey*. Visou-se mensurar a percepção da população residente na cidade do Rio de Janeiro sobre diversos temas da agenda pública a respeito dos Jogos Olímpicos Rio 2016, observadas em retrospectiva, já sob um intervalo considerável de tempo desde a sua conclusão. O objetivo foi identificar, de modo quantitativo, as percepções do carioca no tocante à validade deste megaevento esportivo, quase dois anos depois de seu fim. Mais ainda, o propósito da enquete intentou fazer o cidadão refletir sobre a temática sob a égide da cidade, do espaço público e da vida coletiva em seu conjunto.

Para cumprir tal intento, este artigo estrutura-se em duas partes. A primeira analisa a produção acadêmica dedicada a refletir sobre os XXXI Jogos Olímpicos Rio 2016, procurando fazer um balanço dos estudos olímpicos acadêmicos, com particular atenção ao tópico “legado” e ao seu enquadramento na literatura científica. Após essa visão geral, passa-se ao cerne do estudo, qual seja, o levantamento da tabela e figuras resultantes da aplicação quantitativa de questionários aos moradores da cidade do Rio de Janeiro, no ano de 2018. Os dados tabulados dão condições para descrever e analisar as respostas, de acordo com variáveis sociológicas básicas, tais como gênero, faixa etária, renda, local de moradia, entre outras.

Por fim, conclui-se com uma compreensão mais balizada acerca do modo como o universo de entrevistados pesquisados percebeu e atribuiu valor aos investimentos despendidos pelo Estado em relação a este megaevento esportivo em específico. Grosso modo, chega-se à conclusão de que, passados dois anos do evento, o cidadão carioca tem um entendimento mais positivo que negativo das Olimpíadas para a cidade, muito embora as respostas tendam a indicar uma clivagem na visão acerca do legado olímpico, com um número de respondentes quase igual na identificação de aspectos favoráveis e desfavoráveis.

2 Revisão da Literatura

2.1 O legado em questão: Uma sondagem da produção científica sobre as Olimpíadas

Antes de se tratar dos números e das fontes primárias levantadas para esta investigação, cabe uma exposição sumária das principais linhas de força dos estudos acadêmicos responsáveis por aferir o suposto “legado”, conferido pelo megaevento para a cidade do Rio de Janeiro. Por

suposto, não há espaço nos limites deste artigo para um levantamento bibliográfico exaustivo de todas as publicações referentes às Olimpíadas, ainda que se tenha compulsado um bom número de artigos e capítulos, de teses e livros. Um indicativo da quantidade de referências disponíveis encontra-se no banco de teses da CAPES. O mecanismo de busca localiza mais de nove mil menções em dissertações e teses catalogadas quando se trata de identificar pesquisas relativas a Jogos Olímpicos.

Se um dos recortes sugerido é temático, ou seja, versa sobre a categoria nativa em questão na bibliografia produzida sobre o torneio, percebe-se a necessidade da concentração na produção feita *a posteriori* das Olimpíadas. A estrutura temporal ternária, típica de rituais de dimensões cíclicas, como os torneios quadrienais da FIFA e do COI, facultam escandir o olhar em um antes, um durante e um depois.

Assim, apesar da existência de trabalhos de excelência acerca do processo de candidatura brasileira (Almeida, 2015), optou-se pelo foco nos desdobramentos da competição, a saber, na sua terceira etapa cronológica, aquela que sucede aos dias de disputa e à cerimônia de encerramento.

Isso porque as condições para a apreciação da matéria depois do evento tornam-se mais objetivas que antes do seu início ou durante sua realização. Há menos especulação e mais evidência. A observação do torneio numa fase posterior dá elementos para que se avaliem com maior distanciamento um objeto já concluído, ainda que sempre passível de interpretações distintas entre si. Hermenêuticas à parte, de todo modo entende-se que é possível averiguar com mais propriedade se os serviços e as instalações – a exemplo do Velódromo Olímpico, do Estádio Olímpico e do Parque Aquático Maria Lenk, entre outros –, destinadas ao usufruto da população local e dos atletas da cidade, foram de fato atendidos e cumpridos.

Desde fins do século XX, a herança material de equipamentos, como se sabe, foi um princípio definido pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) como basilar na missão da entidade esportiva no momento da eleição de uma cidade-sede, cujo convencimento passa pela apresentação de uma proposta de incremento em logística urbana. Para evitar um acúmulo de referências bibliográficas, adotou-se aqui o critério de selecionar a produção científica nacional, isto é, a pesquisa veiculada em língua portuguesa, tendo em vista também o interesse despertado internamente para o conhecimento da realidade consecutiva ao evento.

Nesse sentido, observa-se de antemão que o debate concernente aos Jogos Olímpicos Rio 2016 atraiu mais atenção da opinião pública antes e durante as competições do que depois da mesma. Por conseguinte, semelhante fenômeno processou-se no interior da Academia, à primeira vista mais mobilizada para o acompanhamento prévio das expectativas do evento extraordinário do que disposta a apurar no quadro seguinte o impacto do megaevento para o cotidiano urbano do Rio, embora não tenha saído por completo da pauta jornalística e da investigação acadêmica.

No plano científico, as dissertações de mestrado, as teses de doutorado e os dossiês de periódicos científicos foram publicados em maior número sobre o tema no período antecedente ao início das competições ou foram lançados no ano de realização dos Jogos.

Já em 2013, a revista *Horizontes Antropológicos* dedicou dez artigos ao tópico em seu número temático “Megaeventos”. Naquela oportunidade, seu pano de fundo eram as preparações para a Copa do Mundo de 2014 e, em seguida, para os Jogos Olímpicos de 2016. Daquela dezena de textos, identificam-se dois títulos dedicados a pensar, ainda que de modo projetivo e prospectivo, o chamado legado olímpico. Um deles (Curi, 2013), com artigo intitulado “A disputa pelo legado em megaeventos esportivos no Brasil”. Nele, examinam-se as controvérsias sobre o tema no país no período preparatório dos Jogos.

Curi parte da polarização entre os organizadores do evento, sejam eles representantes de entidades esportivas ou autoridades governamentais, e setores do meio acadêmico, em

especialistas sociais, geógrafos e urbanistas, mais céticos quanto ao bônus, em detrimento do ônus das Olimpíadas. Enquanto o discurso oficial postulava as vantagens diretas e indiretas proporcionadas pelos Jogos, segmento expressivo da Academia salientava o dispêndio de recursos públicos e a ausência de benefícios mais substantivos à maioria dos habitantes da cidade-sede. O ponto de partida de tal debate, mediante a clivagem “a favor” ou “contra”, não impede o autor de sublinhar a complexidade do termo “legado”, procurando ir além de posições maniqueístas.

O mesmo dossiê traz outra publicação de Magalhães (2013), que endossa um ponto de vista marcadamente crítico aos Jogos. As intencionais aspas conferidas à ideia de “legado” urbano implicam mostrar a problemática da habitação popular na cidade, a relação assimétrica entre as necessidades da população mais carente e as imposições das obras de mobilidade, cujo objetivo exclusivo é moldar a cidade para a realização das competições, em lugar da preocupação com o destino dos moradores situados em localizações mais vulneráveis.

Magalhães (2013) retoma o problema histórico das remoções de favelas no Rio de Janeiro no decorrer do século XX para enfatizar como os megaeventos reativaram esse imaginário no início do século XXI, no contexto da chamada cidade global. O autor chama a atenção para as práticas de deslocamentos forçados de contingentes populacionais, em prol dos grandes empreendimentos e das vultosas intervenções urbanísticas. Com efeito, os Jogos mostram-se rendosos aos que trabalham com grandes obras e especulações imobiliárias, sem contrapartidas equivalentes à população periférica e aos mais pobres.

Outro número de periódico científico consagrado inteiramente às Olimpíadas foi veiculado pela *Revista USP*, dois anos depois. O dossiê enfeixa dez artigos de pesquisadores de esportes no Brasil, vinculados às áreas de Ciências Humanas e Educação Física. Diferente do periódico anterior, esta publicação do segundo trimestre de 2016, portanto às vésperas do início dos Jogos, não trouxe nenhum texto preocupado em pensar o “legado” nem em projetar o período seguinte ao término do torneio.

Em seu lugar, sobressaem assuntos como a história e as tensões políticas subjacentes ao torneio durante a Era Moderna; a tecnologia de cobertura midiática das competições; as disputas monopolísticas entre FIFA e COI na Gestão do Futebol olímpico; os custos em segurança para monitoramento do público e das delegações estrangeiras; o fenômeno do *doping* entre os atletas, entre outras abordagens.

Em julho de 2020 a revista *Argumentos* publicou o dossiê “Jogos Olímpicos e Paralímpicos: Questões contemporâneas”, um número dedicado aos Estudos Olímpicos e Paralímpicos, sendo composto por sete artigos com abordagem interdisciplinar. Embora o campo dos Estudos Olímpicos seja muito amplo, o dossiê contou com apenas um artigo dedicado ao tema do legado olímpico, com ênfase no conceito de memória. Os demais tratam do lugar da cultura em meio à Rio 2016, além de minuciosa análise da construção da candidatura Paris 2024. Há também uma análise da historiografia dos Jogos no Brasil, bem como um estudo de caso sobre a iniciação esportiva Paralímpica do voleibol sentado.

Outra referência importante anterior ao início das Olimpíadas foi uma dissertação de mestrado dedicada a refletir sobre o legado em megaeventos esportivos no país. O trabalho de Rodrigo Terra (2015) avalia a polissemia dessa categoria em três tempos. A definição propõe que o termo seja entendido como “herança positiva”, muitas vezes distendida no longo prazo, podendo ter suas versões de tipo *hard* ou *soft*, de forma a comparar cada um dos eventos ocorridos no Rio de Janeiro no intervalo de dez anos: o Pan-Americano de 2007, a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Essa última edição foi a única não realizada até o momento da defesa da pesquisa de Terra (2015). As conclusões da investigação em torno das “boas práticas” de gestão nos esportes e no provimento de um *legacy momentum* (DaCosta, 2008) levaram ao seguinte

diagnóstico: se, para o Pan 2007 ficou evidente a debilidade das políticas públicas do governo federal e do COB, em vista do planejamento frágil, do modelo de governança inadequado e da matriz de responsabilidade tardia para os dois megaeventos subsequentes, as propostas de legado foram mais bem desenvolvidas, conquanto se precise de tempo para a constatação de sua efetiva implementação.

A seleção de estudos consagrados ao legado olímpico após a realização dos Jogos Rio 2016 para o presente artigo compreendeu um total de quatro livros publicados nos últimos 4 anos. Trata-se de coletâneas com o objetivo de avaliar, retrospectivamente, os pontos fortes e fracos do evento. As obras situam-se nas áreas de Ciências Humanas, Comunicação, Ciências Sociais e História, mas também de Educação Física. Elas mostram-se oportunas porquanto relevam agendas coletivas de pesquisa, resultado de seminários e de discussões conjuntas estabelecidas e amadurecidas ao longo do tempo por pesquisadores especialistas em esportes de alto rendimento.

Também salta à vista nos livros, que os debates foram conduzidos não só por acadêmicos, mas tiveram igualmente a parceria de entidades da sociedade civil, de desportistas competidores e de comitês envolvidos em toda a cadeia organizacional e competitiva dos Jogos.

O primeiro livro a ser mencionado intitula-se *Memória das Olimpíadas no Brasil: Diálogos e olhares* (2017), organizado por Calabre, Cabral, Siqueira e Fonseca. A publicação é fruto de um investimento institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa, então vinculada ao Ministério da Cultura, e que teve por missão durante as Olimpíadas desenvolver um projeto de banco de dados, com registros, depoimentos e fontes audiovisuais a serem conservados à posteridade. Conforme argumentam Hollanda e Fonseca (2020), a própria memória olímpica converte-se nessa instituição em “legado”, o que evidencia o caráter plástico e multifacetado da categoria.

Organizado em dois volumes, a coletânea compreende mais de duas dezenas de capítulos, com estudos de uma série de pesquisadores brasileiros, dedicados aos mais diversos temas. Entre eles, pode-se arrolar o lugar das Olimpíadas Rio 2016 na longa duração das competições esportivas internacionais na cidade; as interfaces entre política cultural e política desportiva; a polêmica das vaias a competidores estrangeiros pelo público durante o torneio e a reação dos atletas atingidos; a quantificação da cobertura da mídia e o papel da opinião pública na construção do significado dos Jogos; a ocupação militar da cidade no desenrolar dos dias de competição.

De modo curioso e até certo ponto paradoxal, ao fim e ao cabo, observa-se que o livro, ao tornar-se ele próprio um objeto de memória do legado olímpico, não chega propriamente a avaliar o impacto do que foi deixado ao cidadão carioca pelo evento em nenhum dos capítulos enfeixados na obra.

Um ano depois dessa publicação, vem a lume o livro *Diferentes olhares sobre os Jogos Rio 2016: A mídia, os profissionais e os espectadores* (Oliveira & Haiachi, 2018). Editado pela UFS, a coletânea deriva de um ciclo de debates em estudos olímpicos e paralímpicos realizados ao longo da década de 2010. Também disposto em dois volumes, o trabalho abrange 36 capítulos ao todo. Um diferencial interessante da obra é o fato de, ao lado das pesquisas acadêmicas, dar espaço ao relato de atletas, espectadores e voluntários que participaram dos Jogos e que narram a experiência vivenciada diretamente durante os dias competitivos, em suas várias modalidades.

A coletânea bilíngue denota a intenção de atingir um público leitor estrangeiro, mas apresenta apenas um capítulo dedicado a examinar o “legado”. O texto de Matta (2018) parte de uma avaliação assaz crítica em face dos doze bilhões de dólares investidos pelo Brasil no torneio. Os juízos de valor perpassam a visão negativa da pesquisa, que aponta malefícios associados à corrupção, à crise política e ao endividamento público, fazendo eco às críticas de

determinados meios de comunicação de massa, em seus levantamentos investigativos e reportagens em formato de denúncia. As impressões do autor, que também é treinador de vôlei, são consubstanciadas por relatos de visitas às instalações olímpicas, na condição de consultor do COB em 2015, seguidas da avaliação da assimetria entre as promessas anunciadas e as realizações deixadas.

A obra de maior vulto devotada aos Jogos Rio 2016 tem mais de mil e quinhentas páginas e tornou-se pública um ano depois do fim do torneio, com o título: *Mega events footprint – past, present and future* (2017). Em inglês e português, o livro tem a organização assinada por Santos, doutor em Educação Física pela Gama Filho, com especialidade em judô, e Pena, doutora em Gestão Esportiva pela UERJ e professora da ESPM. Para que se aquilate o tamanho da coletânea, basta dizer que a mesma é composta por 82 capítulos e possui mais de duas centenas de autores ao todo.

Diferente dos anteriores, este livro confere mais atenção à temática do legado olímpico. São nada menos que 20 artigos voltados ao assunto, ou seja, um quarto do monumental volume. Na medida em que não é possível tratar separadamente cada um deles, serão mencionados ao menos os temas enfocados. O trabalho principia com as percepções e lições dos legados identificadas pelo então Ministro do Esporte, Leonardo Picciani. Em seguida, passa-se pelo balanço da década dos megaeventos no Brasil e seu impacto para o campo profissional da Educação Física; depois, compara-se os Jogos Rio 2016 com o impacto da edição de 2012 para a cidade de Londres, em especial o equipamento do Parque Olímpico Rainha Elizabeth, assim como se estabelece uma comparação com a edição de Atenas em 2004 e a de Sidney em 2002; continua-se o intento comparado com os discursos e as práticas de legado propostas para Tóquio 2020, a esta altura adiada para 2021.

O livro continua com a abordagem do desafio da governança do legado olímpico; coteja-se este com aqueles legados pelos eventos quadrienais da FIFA de futebol, as Copas do Mundo, seja a de 2010 na África do Sul, seja a de 2014, no Brasil; explora-se mais à frente o “legado sêxtuplo” ensejado pelos Jogos, mas põe-se em dúvida seu caráter democrático; de maneira crítica, questiona-se o legado pós-olímpico, tal como se fosse afinal uma quimera; volta-se à via comparada, para tratar da sociologia dos megaeventos na Itália e de sua suposta herança esportiva.

O alentado trabalho ainda continua com a discussão sobre a sustentabilidade no chamado legado intangível; prossegue com a interpolação entre o pessimismo da razão e o otimismo da vontade, dois modos estruturais de avaliar o significado dos megaeventos; aborda o legado tecnológico, urbano e social do Rio 2016; encerra-se o estudo com um capítulo sobre contribuições bem específicas deixadas pela competição, como a capacitação de professores da Universidade Estácio de Sá para a participação nos Jogos.

O quarto e último livro consultado denomina-se *Qual legado? Leituras e reflexões sobre os Jogos Olímpicos Rio-2016*. A interrogação contida no título do e-book já indicia o questionamento de base da coletânea organizada pelos professores Marques, do Departamento de Comunicação Social da UNESP/Bauru, e do professor Rocco Junior, da Escola de Educação Física da USP. Vinte capítulos distribuem-se em quatro partes divisórias e em mais de quatrocentas laudas, nas quais a temática da herança esportiva ocupa centralidade.

O tom crítico explicita-se no próprio prefácio, intitulado “o legado de nossa miséria”. O ceticismo é seguido pelo título da primeira parte, “Da promessa de legado à cerimônia de abertura” ou por capítulos que interrogam se “existe luz no fim do túnel” para os esportes brasileiros no pós-Jogos Olímpicos.

A postura crítica evidente na obra não impede um apanhado aberto à multiplicidade de abordagens e de temáticas diversificadas, com a inclusão de estudiosos estrangeiros, portugueses e espanhóis, na contribuição de pesquisas e de olhares não apenas internos ao país.

O livro procura diluir a pecha negativa, sugerida pelo hiato entre o que se quis (ideal) e o que se teve (real) com as Olimpíadas no Brasil, para aludir a um dos aspectos explorados no livro. Uma das quatro partes do trabalho é inteiramente dedicada ao “aparato midiático” de cobertura das competições, evidência dos interesses no campo dos estudos de mídia, especialidade de um dos organizadores do volume.

Curiosamente, apesar da intencionalidade do título do livro, *Qual legado*, o sumário indica poucas referências explícitas à categoria nativa “legado”. A rigor, além de Rocco na Apresentação, apenas Hollanda, Medeiros e Fonseca (2018), contribuíram naquela coletânea com um capítulo nomeadamente voltado ao assunto: *Políticas públicas esportivas no Brasil do século XXI: Da candidatura olímpica à construção de um legado para os Jogos Rio 2016*, em que descrevem planos nacionais voltados ao esporte e elencam equipamentos esportivos construídos durante o período olímpico em diversos pontos da cidade.

O exame da literatura em língua inglesa dá mais elementos aproximativos de nosso propósito no presente artigo. Ribeiro, Correia e Biscaia (2020) debruçaram-se justamente sobre o impacto social dos JO Rio 2016, com o cotejo entre o período que antecedeu e o que sucedeu às competições. O estudo enfoca a percepção dos residentes cariocas acerca dos benefícios envolvidos na hospedagem do megaevento quadrienal, frise-se, o primeiro a ocorrer na América do Sul em 120 anos de história. Os autores argumentam que a perspectiva crítica, salientadora da visão negativa da população em torno do desenvolvimento sustentável, não leva em consideração que as opiniões dos cidadãos mudam com a passagem do tempo, sendo necessária uma apuração pré e pós a realização das provas esportivas e dos torneios atléticos.

A partir de propriedades psicométricas e de análises multigrupos, o *paper* constrói um modelo de aferição da percepção dos residentes da cidade-sede. A pesquisa investigou percepções tais como experiências sociais, imagem da cidade, orgulho comunitário, infraestrutura pública e conflito social. Chegou-se à conclusão de que a percepção positiva se incrementou com o tempo, ao passo que os impactos negativos decresceram entre os meses que antecederam e os que sucederam os Jogos.

Em resultado diverso, Rocha (2019), por seu turno, desenvolveu pesquisa longitudinal, com monitoramento bianual do apoio e da percepção da população local vis-à-vis os Jogos, entre 2012 e 2018. As variações temporais quanto a expectativas e avaliações dos residentes consideraram aspectos como legados tangível, intangível e ambiental. A verificação por amostra quantitativa a cada biênio observou o decréscimo de apoio à medida que o tempo passou, especialmente nos anos de 2016 e 2018. A diminuição, segundo o autor, aconteceu também na medida em que as promessas dos organizadores se mostram não alcançáveis à população, quanto mais próxima do evento elas estiveram.

Dois outros textos da literatura internacional contribuem para uma reflexão aprofundada sobre os efeitos dos Jogos 2016, especialmente nas relações Estado-sociedade. Grix, Brannagan e Houlihan (2015) criticam o conceito de *soft power* aplicado indiscriminadamente aos esportes e procuram matizar seu uso político por diferentes governos. Sendo assim, a comparação Londres 2012 e Rio 2016 permite a compreensão das diferenças de estratégia adotadas em cada um dos casos. Se a Inglaterra é um país de capitalismo avançado e o Brasil um país “emergente”, o papel dos esportes na realização de megaeventos muda de maneira considerável e é em torno desse contraste que os autores diferenciam as expectativas sociais depositadas por cada conjunto populacional.

Por fim, Müller e Gaffney (2018) propõem outro termo de comparação, dessa feita ao cotejar os impactos urbanísticos de megaeventos realizados em cidades e países do mundo, em um curto intervalo de tempo, a saber: a Copa do Mundo FIFA 2010, na África do Sul, e os Jogos Olímpicos COI 2016, no Rio de Janeiro, passando por jogos de inverno em Vancouver (2010) e Sochi (2014). Os investimentos da ordem de bilhões de dólares motivaram os autores

a mensurar os efeitos desse montante nos limites geográficos de sua realização. As conclusões do texto assinalam que é menos o evento em si e que são mais as suas circunstâncias político-econômicas que determinam o aproveitamento dos megaeventos para a vida dos habitantes envolvidos. Segundo o modelo observado, países democráticos, que operam com mercado aberto, tendem a legar a seus cidadãos melhores resultados que aquelas sociedades com menos democracia e com maior intervenção estatal na economia.

3 Metodologia

3.1 Percepções dos cariocas em relação aos Jogos Olímpicos Rio 2016 - Apresentação e descrição da enquête aplicada

Feita a síntese das publicações que tematizaram os legados na literatura científica nacional, passemos à segunda e mais importante etapa deste artigo, que visa dar a conhecer os resultados da enquête produzida junto aos cidadãos cariocas. Estes vivenciaram o acontecimento extraordinário durante o bimestre de agosto-setembro de 2016 e tiveram a oportunidade de avaliar uma série de quesitos referentes ao “legado”, dois anos depois de encerramento dos Jogos, ou seja, à luz de um razoável distanciamento temporal.

A pesquisa quantitativa com a população residente na cidade do Rio de Janeiro transcorreu entre os dias 16 e 28 de março de 2018. Foi realizado um total de 415 entrevistas. A amostra adotada foi do tipo não probabilística, de modo que não houve cálculo da margem de erro e nível de confiança³. Por conta disso, foram estabelecidas quotas de sexo, idade e local de moradia. O trabalho de campo foi realizado pelos alunos e alunas do curso de graduação em Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV CPDOC), com entrevistas em diversos pontos de fluxo de pessoas localizados em quase 90 bairros/sub-bairros da capital, abarcando todas as zonas do município.

O questionário estruturado utilizado foi composto por 24 perguntas (abertas e fechadas) e teve um tempo médio de duração de aproximadamente 10 minutos para cada aplicação. O questionário foi elaborado por alunos da graduação mencionada durante um workshop de metodologia de pesquisa aplicada sob orientação do professor Jimmy Medeiros e continha questões sobre a conjuntura carioca da época e temas presentes na literatura sobre legado olímpico. A Tabela 1 detalha a quantidade de entrevistas realizadas, segundo o sexo, a faixa etária e a zona geográfica da cidade.

Tabela 1

Quantidade de entrevistas, segundo a região da cidade, o sexo e a idade do entrevistado

Região	Feminino					Masculino				
	18-24 anos	25-34 anos	35-44 anos	45-59 anos	60 anos ou mais	18-24 anos	25-34 anos	35-44 anos	45-59 anos	60 anos ou mais
Zona Norte	20	17	15	26	26	18	15	13	18	15
Zona Sul e Centro	8	8	11	4	8	5	5	4	5	6
Zona Oeste	17	20	21	18	15	15	19	14	18	11

Fonte: Elaborado pelos autores

4 Resultados

Destarte, com a totalidade dos dados produzidos é possível avaliar a percepção do carioca sobre uma série de aspectos do último grande evento esportivo no Brasil. Os dados produzidos

³ Ver Earl Babbie (1999) para maiores detalhes sobre a adequação da metodologia de *survey*.

no survey permitiram uma análise com base em estatística descritiva, percurso mais prudente, uma vez que a amostra utilizada é do tipo não probabilística. A primeira dimensão a ser detalhada no estudo é a avaliação geral da realização dos Jogos Olímpicos Rio 2016 para a cidade do Rio de Janeiro.

Conforme mostra a Figura 1, a percepção do “total” de entrevistados a respeito desta variável sintetiza um resultado positivo, afinal 46% dos entrevistados avaliaram a edição das Olimpíadas no Rio com menções de “ótimo” e “bom”, em detrimento aos 24%, que apontaram a edição do megaevento como sendo negativa (ao somar as respostas “ruim” e “péssima”).

Assim, a apreciação geral dos entrevistados é mais positiva do que negativa – com uma diferença de 22 pontos percentuais – e, de certo modo, pesam para isso a nova infraestrutura física que ficou na cidade, combinada com toda a movimentação e o turismo impulsionado pelo megaevento. Em acréscimo, saliente-se o sucesso da organização por conta da sua realização, sem registro de grandes distúrbios que tenham maculado a imagem da cidade e do país.

Em contrapartida, na chave negativa, são apontados o volume de gasto de recursos públicos com os Jogos e a subutilização das instalações desportivas. Soma-se a esses itens não positivos a questão dos gastos abusivos e os escândalos de corrupção nos contratos para as obras públicas no país, repercutida pelos meios de comunicação, que afrontam moralmente o senso-comum.

Em uma análise territorial segmentada, pode-se dizer que a avaliação dos Jogos Olímpicos Rio 2016 para a cidade do Rio de Janeiro é mais positiva entre os residentes na Zona Sul e no Centro da cidade, se comparado aos moradores das zonas Oeste e Norte. Ainda considerando dados presentes na Figura 1, enquanto na zona sul a menção positiva soma 65%, na zona oeste a opção alcançou 43% e na zona norte, 44%. Considerando a avaliação pela ótica das categorias negativas a respeito dos Jogos Olímpicos Rio 2016 para a cidade do Rio – portanto, observando o outro lado da escala – os entrevistados residentes na Zona Sul (21%) e na Zona Oeste (23%) apresentaram proporções inferiores ao da Zona Norte (27%).

Esses resultados podem ser contextualizados. Entre eles, o fato de que os equipamentos esportivos legados pelas Olimpíadas se localizam na Zona Oeste da capital fluminense. Outro fator concerne à elevada participação dos residentes da Zona Sul nos eventos esportivos. Ademais, as principais intervenções de infraestrutura na cidade ocorreram nas Zonas Oeste, Sul e Centro.

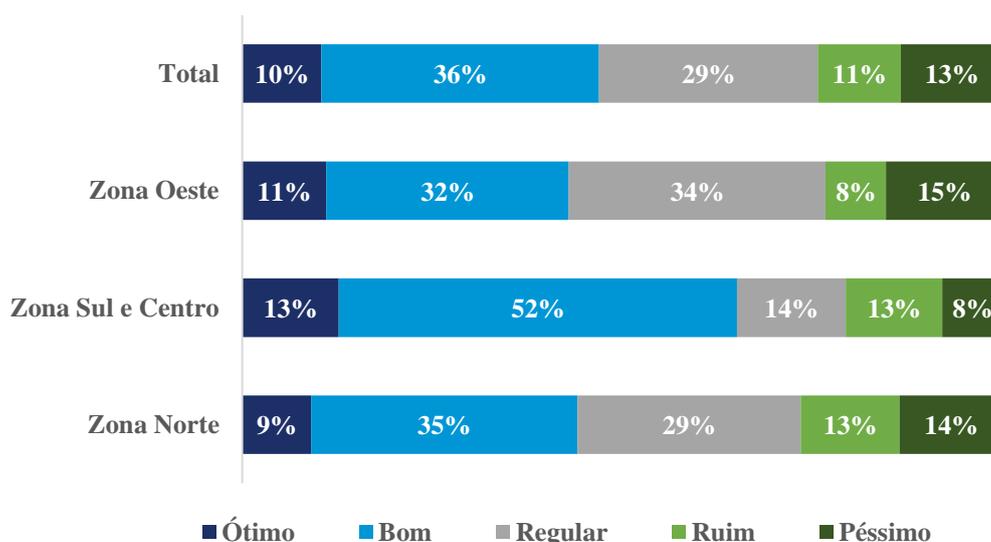


Figura 1 – Avaliação dos Jogos Olímpicos Rio 2016 para a cidade do Rio de Janeiro, segundo a zona de residência do entrevistado (%)

Fonte: Elaborado pelos autores com base em FGV CPDOC (2018).

Quanto à clivagem de gênero, a percepção dos homens e das mulheres residentes na capital fluminense tem uma diferença de sete pontos percentuais. Isto se dá pois 50% das mulheres mencionaram que os Jogos Rio 2016 foram positivos para a cidade do Rio, ao passo que esta proporção é de 43% entre os homens.

Além da análise por sexo do entrevistado, foi possível verificar a avaliação da realização dos Jogos para a cidade, com base no perfil etário dos respondentes. Neste sentido, quanto maior a idade do morador da capital fluminense, maior tende a ser o apoio ao megaevento esportivo. Afinal, 39% dos entrevistados com 18 a 24 anos avaliaram os Jogos Rio 2016 de forma positiva para a cidade, enquanto 63% dos participantes com 60 anos ou mais de idade apreciaram da mesma forma. Ou seja, quase 24 pontos percentuais de diferença entre a menor e a maior faixa etária pesquisada (Figura 2).

Ao analisar a proporção da avaliação negativa, ela é a mesma para todas as faixas etárias, com oscilação entre 25% e 26%, mas entre os entrevistados mais velhos, a opção negativa somou apenas 19%, ou seja, pouco menos de 1/5 do total (Figura 2).

Em adição, cabe considerar o comportamento da variável a respeito da avaliação da realização dos Jogos Rio 2016 para a cidade, segundo o enquadramento da renda do carioca que respondeu ao questionário. Assim, de acordo com a Figura 4, quanto maior a renda do entrevistado, mais ele tende a avaliar de maneira positiva o megaevento esportivo. Afinal, 41% daqueles que têm renda mensal individual de até 1 salário mínimo mencionaram as categorias “ótimo” e “bom” para a Rio 2016 e, em intensidade superior, 60% dos residentes com renda de 9 salários mínimos ou mais mencionaram as mesmas categorias. Desta forma, a diferença entre a menor e a maior faixa de renda é elevada e de quase 20 pontos percentuais (Figura 3).

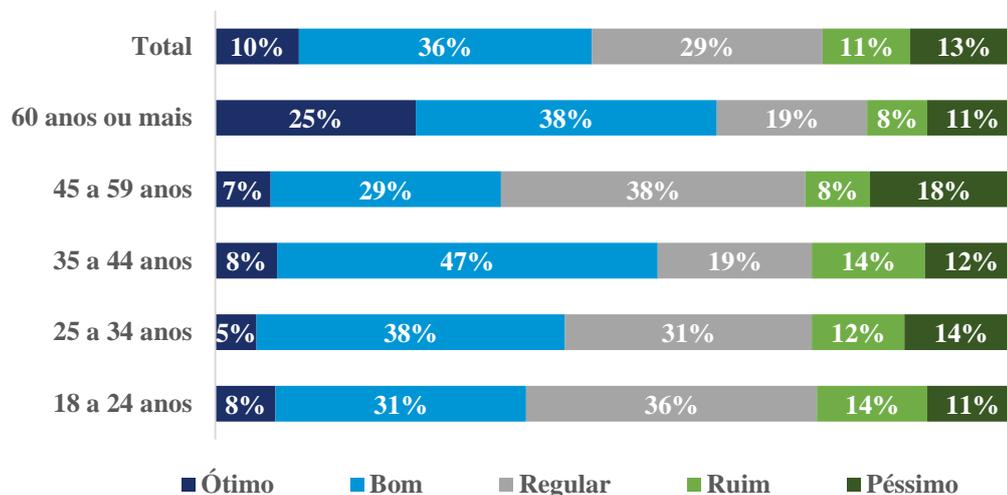


Figura 2 – Avaliação dos Jogos Olímpicos Rio 2016 para a cidade do Rio de Janeiro, segundo a faixa etária do entrevistado (%)

Fonte: Elaborado pelos autores com base em FGV CPDOC (2018).

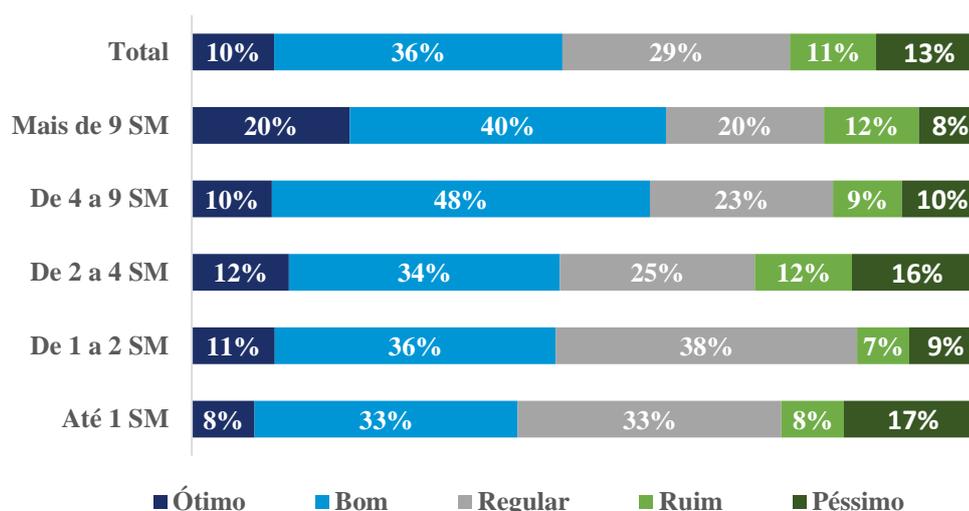


Figura 3 – Avaliação dos Jogos Olímpicos Rio 2016 para a cidade do Rio de Janeiro, segundo a faixa de renda do entrevistado (%):

Fonte: Elaborado pelos autores com base em FGV CPDOC (2018)

Além da análise da avaliação dos Jogos Olímpicos Rio 2016 para a cidade do Rio de Janeiro, uma parte do questionário foi utilizada para identificar o principal benefício proporcionado à cidade. Para isso, foi utilizado o recurso da pergunta aberta que possibilita registrar livremente a fala do entrevistado. Isso permitiu verificar que, pouco mais de 1/5 indicou “nenhum benefício” da sua realização. Foi a categoria com mais menções, todavia, os outros 78% dos entrevistados mencionaram algum resultado, por exemplo 19% apontou o turismo como um grande benefício e outros 16% informaram, de forma difusa, melhorias na economia e na geração de empregos (Figura 4).

Resultados tangíveis de infraestrutura são indicados por 26% (17% da “melhoria no transporte público”, mais 7% da categoria “melhoria na infraestrutura urbana” e 2% da “revitalização do centro da cidade”). Ainda considerando dados da Figura 4, apenas 1% indicou as competições e disputas ocorridas nos Jogos.

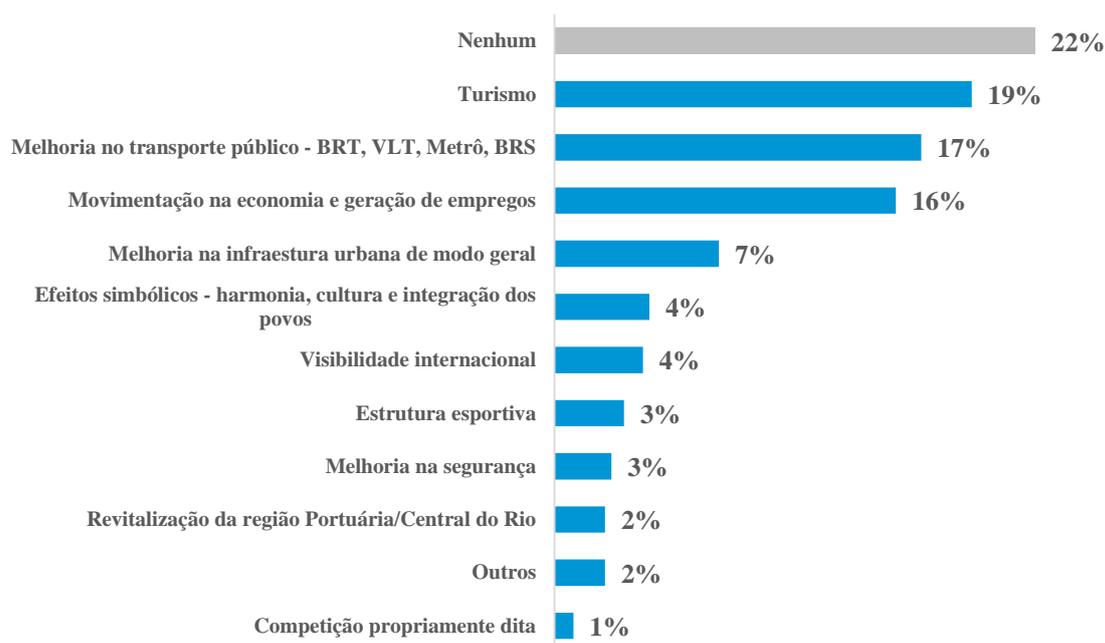


Figura 4 – Principal benefício proporcionado à cidade (%)

Fonte: Elaborado pelos autores com base em FGV CPDOC (2018).

Foi perguntado novamente ao entrevistado, por meio de uma questão aberta, qual foi a principal desvantagem da realização dos Jogos Olímpicos na capital fluminense. Se somente 8% das respostas consideraram ausência de problemas, é possível verificar 24% dos participantes que não reconhecem a existência de um legado. Este número se alcança mediante a soma dos 17% de menções de infraestrutura urbana e equipamentos esportivos subutilizados, mais os 7% de pouco legado. Em acréscimo, 22% apontaram gastos desnecessários, ou seja, entendem que valeria a pena dedicar recursos públicos para outras áreas mais “prioritárias”. Outros 17% indicaram aspectos críticos, envolvidos na seara da “corrupção”.

Com poucas menções, a elevação dos “custos da cidade” e a “gentrificação” somaram apenas 2%. Os impactos cotidianos das obras de preparação do megaevento, espalhados por toda a cidade, e que geraram uma série de reclamações e críticas por parte da opinião pública alcançou somente 3%, ou seja, foi muito pouco lembrado nas respostas espontâneas (Figura 5).

Após dimensionar os aspectos positivos e os prejuízos dos Jogos Rio 2016, foi utilizada uma parte do questionário para verificar a percepção do carioca a respeito do legado. Por meio de pergunta fechada, foi questionado se o legado deixado à cidade compensou todo o investimento público realizado. Quanto a isso, 52% dos cariocas acreditam que o legado compensou o investimento realizado. Por outro lado, 48% informam que não houve compensação, quadro polarizado que confirma uma divisão significativa nesse quesito.

O item “compensação” pode ser decomposto em duas categorias de intensidade. Neste sentido, 8 pontos percentuais se devem àqueles que acreditam que o resultado foi “muito” compensador, enquanto 44 pontos percentuais compõem a categoria com “pouca” compensação.



Figura 5 – Principal desvantagem dos Jogos Olímpicos Rio 2016 (%)

Fonte: Elaborado pelos autores com base em FGV CPDOC (2018).

A percepção masculina e feminina em relação ao legado deixado para a cidade e em função do investimento consumado, é similar. Afinal, 51% dos homens e 53% das mulheres declararam “compensou” a aplicação de recursos governamentais para viabilizar as obras e a logística do torneio global.

A busca pela compreensão desta variável, de acordo com as características sociodemográficas dos cariocas, faz com que se cotejem os dados por faixa de idade e por faixa de renda. Assim, na Figura 6, pessoas com idade entre 35 e 59 anos representam o grupo com menor adesão à ideia de que o megaevento esportivo de 2016 configurou um legado para a cidade do Rio, de maneira a compensar todo o patrocínio para hospedar o evento organizado pelo COI.

Trata-se do grupo mais crítico. Todavia, a distância deste segmento para os demais não é grande: no máximo 8 pontos percentuais. De forma complementar, na Figura 7 é possível identificar uma percepção mais positiva a esta questão, com proporção próxima a 60%, entre os cariocas com renda mensal de até 2 salários mínimos.

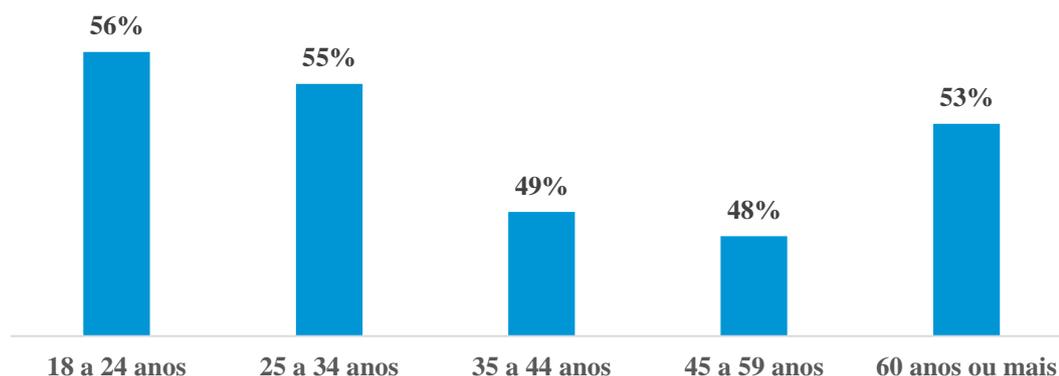


Figura 6 – O legado deixado na cidade compensou o investimento realizado (soma das respostas “compensou”), segundo a faixa etária do entrevistado

Fonte: Elaborado pelos autores com base em FGV CPDOC (2018).

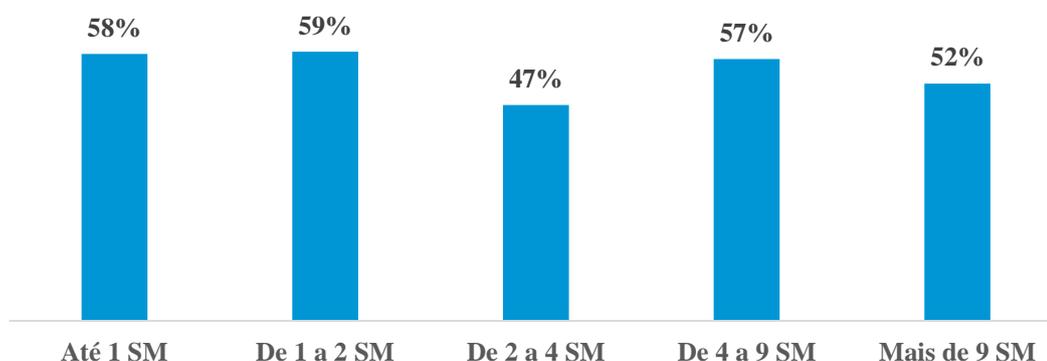


Figura 7 – O legado deixado na cidade compensou o investimento realizado (soma das respostas “compensou”), segundo a faixa de renda mensal do entrevistado

Fonte: Elaborado pelos autores com base em FGV CPDOC (2018).

Se considerada a zona da cidade do entrevistado, é possível identificar os residentes das Zonas Sul e Centro (57%) como o grupo com maior adesão à ideia de que o legado deixado na cidade do Rio compensou o investimento realizado. Por outro lado, dentre os residentes da Zona Oeste, esta proporção alcançou 51%. Ambos os valores são próximos e com uma distância de apenas 6 pontos percentuais (Figura 8).

O resultado desses indicadores, à primeira vista, pode ser considerado como uma certa surpresa, pois grande parte do legado esportivo e urbanístico localiza-se na Zona Oeste, a região que apresentou a menor proporção de menções “compensou”. No entanto, ao analisar somente as respostas “compensou muito” – separadamente de “compensou pouco” – esta área geográfica desponta com a maior proporção. Doze por cento (12%) dos residentes da Zona Oeste indicaram que o investimento compensou muito, enquanto para os residentes da Zona Sul e Centro a resposta alcançou somente 5% (Figura 8).

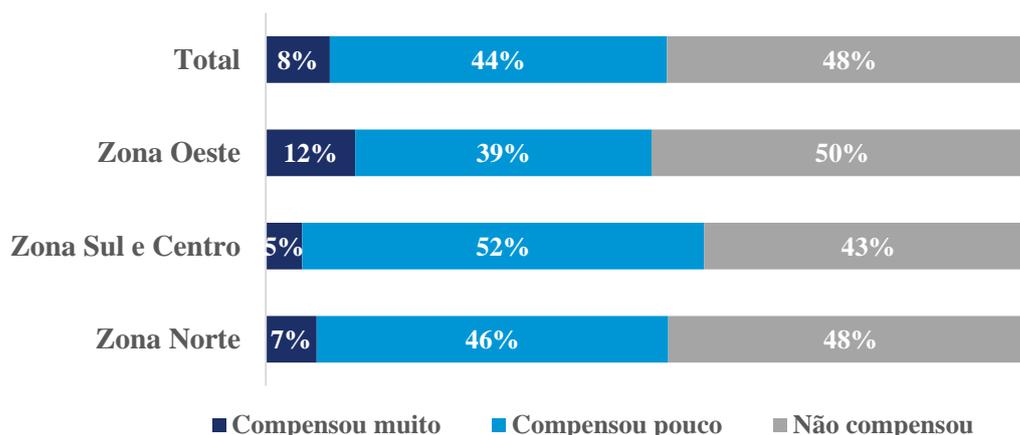


Figura 8 – O legado deixado na cidade compensou o investimento realizado, segundo a zona da cidade de residência do entrevistado (%)

Fonte: Elaborado pelos autores com base em FGV CPDOC (2018).

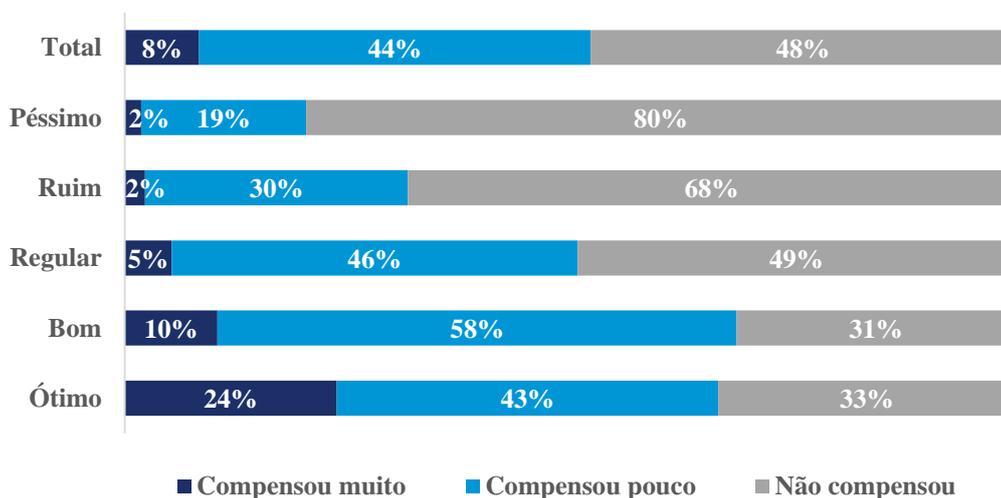


Figura 9 – O legado deixado na cidade compensou o investimento realizado, segundo a Avaliação dos Jogos Olímpicos Rio 2016 (%)

Fonte: Elaborado pelos autores com base em FGV CPDOC (2018).

Por fim, foi verificado o impacto da avaliação que o entrevistado tem quanto à realização dos Jogos Olímpicos na capital fluminense, considerando o investimento realizado. À primeira vista, quanto melhor o carioca avalia a realização do megaevento, mais ele acredita na validade do legado obtido. Por exemplo, dentre os que valoram a edição Rio 2016 como “péssima”, apenas 21% declaram ter compensado os recursos financeiros, logísticos e organizacionais investidos, ao passo que 67% dos que enquadram as Olimpíadas na categoria “ótima” declaram que o legado obtido compensou o investimento realizado (Figura 9).

5 Conclusões e Recomendações

A Tabela 1 e as Figuras de 1 a 9 fornecem elementos de sondagem de opinião balizadoras do modo pelo qual, transcorridos dois anos do evento, este é avaliado pela população. A missão de prover uma herança positiva à cidade, associada ao bem-estar dos moradores que

hospedaram as Olimpíadas, vem sendo um desígnio do COI nas últimas três décadas, desde o êxito urbanístico dos Jogos Olímpicos de Barcelona, em 1992, com notável revitalização da cidade em sua esteira. Mas de que maneira apurar isto quando se trata de abordar o Rio de Janeiro em 2016?

O objetivo deste estudo foi revisitar o tema do “legado”, com a aferição de sua percepção pelo cidadão carioca com uma relativa distância temporal, a fim de compreender com mais “frieza” os supostos benefícios do torneio. Embora a realização de um estudo quantitativo não capte a densidade dos significados e das representações, ela possibilita obter um panorama geral desta percepção. O survey realizado não possui uma amostra probabilística, portanto, não permite realizar uma análise, todavia, contribui em produzir novos dados para avançarmos no conhecimento sobre o legado olímpico pela perspectiva do carioca, em geral. Neste sentido, a aplicação de centenas de questionários, com perguntas abertas e fechadas, trouxe em seus resultados, indicadores gerais e setoriais do que ficou como legado. A nítida divisão entre os que identificaram beneficiamentos à cidade (52%) e aqueles que apontaram prejuízos (48%) é um reflexo da ausência de consenso entre os locais quanto ao significado dos Jogos para a cidade, à luz do termo “compensação”.

Não obstante, na pergunta geral sobre a positividade do torneio, a resposta que oscila de ótimo a bom é alta (46%) se comparada àquela que indica ruim ou péssimo (24%). As vantagens, na resposta aberta, apontam o turismo, a mobilidade urbana e a geração de empregos, embora espontaneamente, o maior número de respondentes (22%) não identifique maiores benefícios. As desvantagens apontadas de maneira espontânea incidem nos custos elevados ou desnecessários (22%), seguido das queixas quanto ao abandono ou à subutilização da infraestrutura urbano-desportiva e ainda das acusações de corrupção associada aos Jogos.

A pesquisa permitiu identificar um grupo composto por 22% da amostra que não soube identificar algum benefício com a realização da Rio 2016. De outro modo, os 78% restantes da amostra conseguiram indicar resultados variados no campo do turismo e na infraestrutura de transporte. Além disso, a pesquisa possibilitou identificar a principal desvantagem para os entrevistados: o gasto tido como desnecessário. Assim, o estudo contribui reforçando achados da literatura e traz novos apontamentos para futuras investigações.

Tais estatísticas permitem ainda uma criteriosa decomposição econômica, geográfica e demográfica das respostas, trazendo mais clareza e precisão de quem se sentiu lesado, indiferente ou beneficiado com o extraordinário evento hospedado pela cidade. A separação de gêneros, a estratificação por renda, o zoneamento habitacional, a faixa etária foram alguns dos recursos quantitativos mobilizados para apurar quem emite qual tipo de opinião, segundo critérios sociais validados cientificamente. Chega-se assim, a determinado perfil sociológico ante o grau de satisfação e insatisfação em questão.

Observou-se que os mais satisfeitos com os bens simbólicos e materiais legados pelos Jogos residem na Zona Sul e no Centro da cidade, quando comparados aos da Zona Norte. Isto se explica pelo volume de obras nessas localidades e pelo maior envolvimento dos residentes na assistência do torneio. A Zona Oeste, também beneficiada com equipamentos esportivos, tendeu a ver de modo menos crítico o megaevento.

Quanto ao sexo, verificou-se uma tendência de maior aprovação entre as mulheres (50%) do que entre os homens (43%). No quesito “idade”, a satisfação é mais alta entre os que têm de 18 a 34 anos, cai entre os respondentes na faixa etária entre 35 e 59, e volta a subir naqueles enquadrados na chamada terceira idade. A aprovação do legado é mais alta entre a população mais pobre, com nível salarial até dois salários mínimos, cai entre os que se situam na faixa de dois a quatro, e tem novo incremento para aqueles com mais de quatro salários mínimos.

Chega-se, portanto, a um retrato opinativo de um segmento importante da cidade do Rio de Janeiro. Se nenhum quadro pode ser considerado definitivo, tais números contribuem para

que se infiram balanços gerais dos logros e malogros alcançados com o evento para o morador carioca. O estudo se soma assim, a uma série de investimentos da sociedade, dos meios de comunicação e da opinião pública para a formação de um juízo dos erros e acertos que estiveram na base das ações e das suas consequências concretas sobre o modo de vida dos habitantes, com o impacto local e global dos esportes nas práticas e representações urbanas do século XXI.

Referências

- Almeida, B. S. (2015). *Altius, citius, fortius...ditius? Lógicas e estratégias do Comitê Olímpico Internacional, comitê de candidatura e governo brasileiro na candidatura e escolha dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016* (Tese de Doutorado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná (UFPR), Paraná, PR, Brasil.
- Bueno, L. (2008). *Políticas públicas do esporte no Brasil: Razões para o predomínio do alto rendimento* (Tese de Doutorado em Administração Pública) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV), São Paulo, SP, Brasil.
- Calabre, L., Cabral, E., Siqueira, M., & Fonseca, V. (2017). *Memória das Olimpíadas no Brasil: Diálogos e olhares*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, vols. 1 e 2.
- Cavalcanti, M. (2013). À espera, em ruínas: Urbanismo, estética e política no Rio de Janeiro da PACificação. *Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 6(2), 191-228.
- Curi, M. (2013). A disputa pelo legado em megaeventos esportivos no Brasil. *Horizontes Antropológicos*, 19(40), 65-88.
- DaCosta, L. P. (2008). Modelo 3D para a gestão do planejamento e replanejamento de legados de megaeventos esportivos. In DaCosta, L. P. (Org.). *Legados de megaeventos esportivos*. Brasília: Ministério do Esporte, 239-247.
- FGV CPDOC. (2018). *Retratos da cidade do Rio de Janeiro: Uma avaliação do carnaval carioca e dos Jogos Olímpicos Rio 2016, segundo a percepção dos cariocas*. Recuperado de https://portal.fgv.br/sites/portal.fgv.br/files/releases/mai/18/release_pesquisagrandeseventosmaio2018.pdf
- Giglio, S. S., Machado, G., & Spaggiari, E. (2016). *Entre jogos e copas: Reflexões de uma década esportiva*. São Paulo: Intermeios.
- Grix, J., Brannagan, P. M., & Houlihan, B. (2015). Interrogating states' soft power strategies: a case study of sports mega-events in Brazil and the UK. *Global society*. 29(3), 463-479.
- Hollanda, B. B., & Fonseca, V. (2020). Memória olímpica como legado? A Fundação Casa de Rui Barbosa e seu projeto institucional de preservação da memória das Olimpíadas Rio 2016. *Revista Argumentos*, 17(2), 84-114.

- Hollanda, B. B., Medeiros, J., & Fonseca, V. L. (2018). Políticas Públicas Esportivas no Brasil do Século XXI: Da Candidatura Olímpica à Construção de um “Legado” para os Jogos Olímpicos Rio 2016. In J. C. Marques, & Jr., J. C. Rocco (Orgs.). *Qual legado? Leituras e Reflexões sobre os Jogos Rio 2016* (37-66). São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Magalhães, A. (2013). O ‘legado’ dos megaeventos esportivos: A reatualização da remoção de favelas no Rio de Janeiro. *Horizontes antropológicos*, 89-118.
- Marques, J. C., & Rocco, A. J., Jr. (Orgs.). (2018). *Qual legado? Leituras e reflexões sobre os Jogos Rio 2016*. São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Mascarenhas, G. (2016). Rio de Janeiro 2016: A cidade em movimento. *Revista USP – Dossiê Jogos Olímpicos*, 49-56, São Paulo.
- Matta, G. B. da. (2018). Jogos olímpicos do Rio: Uma revisão crítica a partir de um olhar externo. In A. F. S. Oliveira, & M. C. Haiachi, (Orgs.). *Diferentes olhares sobre os jogos Rio 2016: A mídia, os profissionais e os espectadores (181-204)*. Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe - Edise.
- Müller, M., & Gaffney, C. (2018). Comparing the urban impacts of the FIFA World Cup and Olympic Games from 2010 to 2016. *Journal of Sport and Social Issues*. 42(4), 247-269.
- Oliveira, A., & Haiachi, M. (2018). *Diferentes olhares sobre os Jogos Rio 2016: A mídia, os profissionais e os espectadores*. Aracaju: EDISE.
- Pereira, R. (2018). Transport legacy of mega-events and the redistribution of accessibility to urban destinations. *Cities*. Vol. 81, p. 45-60.
- Ribeiro, T., Correia, A., & Biscaia, R. (2020). The social impact of the 2016 Rio Olympic Games: comparison of residents’ pre-and post-event perceptions. *Sport, Business and Management: an International Journal*.
- Rio de Janeiro. Projeto do VLT Rio. (2013). Recuperado de http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6165511/4162107/apresentacao_compur_vlt.pdf
- Rocha, C. M.; Fink, J. S. (2017) Attitudes towards attending the 2016 Olympics Games and visiting Brazil after the games. *Tourism Managements Perspectives*. Volume 22, p. 17-26.
- Rocha, C. M. (2020). Temporal variations in the relationship between legacies and support: a longitudinal case study in Rio 2016 Olympic Games. *Journal of Sport Management*. 34(2), 130-146.

Santos, L. M. dos, & Pena, B. G. (2017). *Mega events footprints: Past, present and the future*. Rio de Janeiro: Engenho.

Terra, R. B. (2015). *Megaeventos esportivos e políticas públicas: Jogos Pan-Americanos 2007 e suas relações com a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016* (Dissertação de Mestrado) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Thomaz, D. (2019). *Medalha e continência: Uma etnografia de atletas militares no esporte de representação nacional* (Dissertação de Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, SP, Brasil.